



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 14 – Sociologia e a Cidade

Articulações socioespaciais: a dialética bourdieusiana como alternativa à mensuração quantitativa da vulnerabilidade urbana

Fernando Kulaitis¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a mensuração quantitativa da vulnerabilidade urbana consolidou-se como prática predominante no campo das políticas públicas e da pesquisa acadêmica. Embora os índices de vulnerabilidade ofereçam vantagens procedimentais significativas para gestão urbana, permitindo identificação de áreas prioritárias, comparações territoriais, monitoramento temporal e criação de linguagens técnicas que facilitam comunicação entre atores institucionais, eles revelam-se fundamentalmente inadequados

¹ Doutor em Sociologia (UFPR), docente do Departamento de Ciências Sociais da Univ. Estadual de Londrina, Programa de Pós-graduação em Sociologia, fernandok@uel.br.

quando confrontados com questões teóricas sobre a natureza processual da vulnerabilidade urbana.

Este artigo propõe que as limitações epistemológicas dos índices quantitativos residem em cinco dimensões estruturais: a homogeneização de lógicas causais distintas, a reificação de categorias sociais, o caráter estático das mensurações, a desatenção às variações de escala geográfica e a invisibilização de formas extremas de vulnerabilidade. Fundamentalmente, os índices tratam vulnerabilidade como propriedade que grupos ou territórios possuem, quando na verdade vulnerabilidade é processo relacional continuamente produzido através de mecanismos específicos operando em múltiplos níveis simultaneamente.

Para superar estas limitações, o artigo propõe operacionalizar a dialética espacial de Bourdieu/Wacquant, que distingue espaço simbólico, espaço social e espaço físico, como fundamento para compreender vulnerabilidade não como estado, mas como resultado de articulações entre esses três espaços. O modelo de articulações socioespaciais refere-se à intensidade e natureza das correspondências entre dimensões, podendo produzir acúmulo de desvantagens (articulação negativa), acúmulo de privilégios (articulação positiva) ou situações de ruptura com potencial transformador (desarticulação).

A argumentação se desenvolve em cinco movimentos principais. Primeiro, detalha-se o paradoxo dos índices quantitativos: sua sofisticação técnica progressiva coexiste com inadequação conceitual estrutural. Segundo, examina-se por que os índices falham em capturar vulnerabilidade ao ignorarem sua natureza processual e relacional. Terceiro, apresentam-se os fundamentos conceituais das articulações socioespaciais através da dialética, descrevendo como os três espaços se relacionam e articulam. Quarto, exploram-se as implicações analíticas dessa perspectiva para pesquisa e políticas urbanas, contrastando abordagens baseadas em propriedades com abordagens baseadas em processos. Quinto, discutem-se os limites e potencialidades do modelo, evitando que ele reproduza os mesmos binarismos que pretendia superar.

Conclui-se que análise urbana adequada requer compreensão de como vulnerabilidade e privilégio são co-constituídos através de operações simultâneas nos três espaços, exigindo metodologias etnográficas e processuais capazes de mapear mecanismos, traçar trajetórias temporais e reconhecer agência de populações vulnerabilizadas. Esta perspectiva oferece fundamento teórico-metodológico alternativo para políticas urbanas transformadoras que

simultaneamente reduzam vulnerabilidades e contestem os privilégios que, através dos mesmos mecanismos, são continuamente reproduzidos nas cidades capitalistas contemporâneas.

1 O PARADOXO DOS ÍNDICES QUANTITATIVOS: SOFISTICAÇÃO TÉCNICA VERSUS INADEQUAÇÃO CONCEITUAL

Nas últimas duas décadas, a mensuração quantitativa da vulnerabilidade urbana consolidou-se como prática predominante no campo das políticas públicas e da pesquisa acadêmica. A justificativa para esta proliferação repousa em argumentos funcionais apresentados como evidentes: o fato de que os índices permitem identificação e mapeamento de áreas prioritárias para intervenção; facilitam comparações territoriais que subsidiam alocação de recursos públicos; permitem monitoramento temporal que possibilita avaliação de políticas; criam linguagens técnicas que facilitam comunicação entre atores institucionais de diferentes formações (SOUSA; TOLEDO, 2019).

Estas justificativas não são triviais. De fato, a capacidade de sintetizar informação complexa em formatos comparáveis oferece vantagens procedimentais significativas para gestão urbana. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil, por exemplo, capturou adequadamente a redução da vulnerabilidade social entre 2000 e 2010 em múltiplas dimensões, oferecendo evidência empírica do impacto de políticas de transferência de renda e universalização educacional (COSTA et al., 2018).

Contudo, enquanto os índices oferecem sofisticação crescente em seus procedimentos técnicos — incluindo análise fatorial, regressão geograficamente ponderada, validação de construtos — simultaneamente revelam-se inadequados conceitualmente quando confrontados com questões teóricas fundamentais sobre o que é vulnerabilidade urbana e como ela é socialmente produzida (CABRAL; CÂNDIDO, 2019). São apontadas a seguir cinco limitações estruturais dos índices.

A primeira limitação refere-se ao processo de síntese necessário para transformar múltiplas dimensões em uma única medida. Quando diferentes aspectos da vulnerabilidade (infraestrutura urbana, capital humano, acesso ao trabalho e à moradia, saúde, segurança) são agregados em um índice sintético, inevitavelmente ocorrem duas operações problemáticas

simultaneamente: (a) homogeneização de lógicas distintas, pois a ausência de saneamento básico opera através de mecanismo distinto da baixa escolaridade. Ambas produzem vulnerabilidade, mas através de processos causais diferentes que não são "compensáveis" na experiência dos agentes, de modo que um índice que trata essas dimensões como substituíveis reproduz uma lógica compensatória que se desconecta da realidade do processo social vivido; e (b) perda de informação contextual, uma vez que a agregação necessariamente obscurece padrões locais específicos, sendo que estudos empíricos de comparação metodológica demonstram que diferentes metodologias de identificação de vulnerabilidade urbana aplicadas ao mesmo território identificam diferentes espaços como "vulneráveis", com concordância frequentemente inferior a 60% entre os métodos (MALHEIROS et al., 2016), o que revela que a redução de complexidade necessária para agregar indicadores em índices sintéticos mascara processos específicos e contextualizados de vulnerabilização que ocorrem em diferentes escalas e através de diferentes mecanismos.

A segunda limitação estrutural refere-se ao que pode ser denominado de reificação de categorias construídas socialmente. Quando indicadores incluem variáveis como "raça", "situação no mercado de trabalho" ou "composição familiar", os índices tratam estas categorias como propriedades naturais de grupos de pessoas, quando na verdade são construções sociais históricas cuja significação varia conforme contextos específicos (VÁZQUEZ BRAGE, 2024). Bourdieu (1980) distingue entre "classe teórica" (categoria analítica que o sociólogo constrói para fins de compreensão) e "classe prática" (grupos que mobilizam categorias de classificação para fins políticos e sociais). Os índices quantitativos frequentemente confundem estas duas formas de classe, tratando categorias administrativas como realidades objetivas em vez de reconhecê-las como construções que refletem lutas históricas de classificação.

A terceira limitação estrutural dos índices é seu caráter fundamentalmente estático. Os índices produzem "fotografias" de condições de vulnerabilidade em momentos específicos, frequentemente deixando invisível o processo através do qual vulnerabilidades são produzidas, mantidas e potencialmente transformadas (CABRAL; CÂNDIDO, 2019). Marandola Jr. e Hogan (2006) argumentam que compreender vulnerabilidade como processo (não como estado) requer metodologias capazes de rastrear mecanismos temporais através dos quais vulnerabilizações ocorrem. Um índice pode revelar que um bairro apresenta "alta

vulnerabilidade" em um período e "baixa vulnerabilidade" em outro, mas não revela os processos dinâmicos através dos quais esta transformação ocorreu.

A quarta limitação estrutural refere-se aos desafios intrínsecos de escala geográfica. Índices calculados em escalas municipais ou estaduais podem mascarar profundas variações em escalas menores, como bairros, bairros e conjuntos habitacionais, onde processos de microsegregação e vulnerabilização específica ocorrem (MALHEIROS et al., 2016; BOURDIEU, 2001). Este problema de escala não é meramente técnico; conecta-se diretamente à questão de como a dialética espacial opera em diferentes níveis de análise. A projeção entre espaço social e espaço físico pode variar radicalmente conforme a escala: em nível micro (bairro), pode haver grande segregação simbólica apesar de proximidade física; em nível macro (região metropolitana), a segregação física pode consolidar-se amplamente, mas com fraturas internas (WACQUANT, 2023).

A quinta limitação estrutural refere-se à invisibilização de formas extremas de vulnerabilidade. Quando se designa um território como "vulnerável", opera-se transformação simbólica que marca aquele espaço (e seus residentes) de forma durável. Populações em situação de extrema vulnerabilidade (migrantes indocumentados, pessoas em situação de rua) frequentemente não aparecem em índices quantitativos, pois carecem de endereço fixo ou não estão registradas em bases de dados administrativas. García-Araque (2020) identifica este fenômeno como "vulnerabilidade despercebida", ou seja, formas de vulnerabilização tão extremas que se tornam invisíveis aos sistemas de mensuração.

2 POR QUE OS ÍNDICES FALHAM EM CAPTURAR VULNERABILIDADE? A QUESTÃO DA DIMENSÃO PROCESSUAL/RELACIONAL

Para compreender por que os índices quantitativos podem ser sociologicamente inadequados, é necessário primeiro clarificar o estatuto ontológico da vulnerabilidade. Acselrad (2015, p. 45) define vulnerabilidade como "processo de vulnerabilização", isto é, como resultado de relações sociais que sistematicamente expõem determinados grupos a riscos e os privam de recursos para enfrentá-los. Esta definição desloca o foco de "grupos vulneráveis" (forma substantivada) para "processos de vulnerabilização" (forma processual).

A implicação é clara: vulnerabilidade não é qualidade que um grupo ou território possui (como propõem os índices), mas relação que é continuamente produzida através de mecanismos específicos operando em múltiplos níveis simultaneamente. Os mecanismos de produção de vulnerabilidades operam através de três vias (FREITAS; VALÉRIO FILHO; MENDES, 2021): (a) mecanismos estruturais, como a segregação residencial, a precarização do trabalho, a concentração de desvantagens em determinados territórios, que sistematicamente confinam populações específicas em condições de maior exposição a riscos; (b) mecanismos institucionais, pelos quais agências estatais, mercados, instituições filantrópicas continuamente tomam decisões que, intencionalmente ou não, reproduzem vulnerabilidades; e (c) mecanismos praxiológicos, em escala do cotidiano, pelos quais agentes ordinários reproduzem vulnerabilidades através de práticas sedimentadas em habitus (BOURDIEU, 1977).

Assim, se vulnerabilidade é processo, então precisamos de um modelo analítico que capture especificamente as relações através das quais este processo opera. Bourdieu (2013, p. 133) argumenta que a estrutura do espaço social "tende a se retraduzir" no espaço físico através de "determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades". Contudo, Wacquant (2023) sistematiza que esta retradução nunca é perfeita; ao contrário, é frequentemente marcada por desarticulações, distorções e lacunas entre os três espaços.

Vulnerabilidade, então, pode ser caracterizada como uma forma específica de articulação socioespacial: situação na qual a projeção entre o espaço social, simbólico e físico resulta em acúmulo de desvantagens que reduzem capacidades de agência e acesso a oportunidades.

Operar com o processo das articulações socioespaciais também busca evitar o risco do binarismo. Os índices quantitativos frequentemente operam com lógica binária ou quase-binária: em um extremo, "população vulnerável" ou "áreas vulneráveis"; no outro, "população não-vulnerável". Esta dicotomia reproduz exatamente aquilo que os índices pretendem evitar: naturalização e reificação.

Quando se designa um território como "vulnerável", Wacquant (2007) demonstra como essa estigmatização territorial se converte em realidade social com consequências materiais e como prejuízos de localização (BOURDIEU, 2013): instituições financeiras relutam em conceder crédito a moradores de favelas e periferias; forças policiais intensificam abordagens e operações nesses territórios; serviços públicos e privados de melhor qualidade, como escolas

e hospitais, evitam instalar-se nesses locais. Além disso, moradores dessas áreas enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que o efeito de descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 12) pelo simples fato de residirem em territórios marcados pelo estigma territorial leva empregadores a associá-los à criminalidade ou à falta de confiabilidade.

3 ARTICULAÇÕES SOCIOESPACIAIS: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS POR MEIO DA TRIALÉTICA

Para operacionalizar articulações socioespaciais como modelo analítico, é necessário primeiro delinear como os três espaços se relacionam e as formas específicas através das quais articulações podem emergir.

O espaço simbólico: poder de nomeação e classificação

O espaço simbólico designa a topografia de categorias cognitivas através das quais recortamos o empírico e classificamos pessoas, lugares, objetos e atividades. No contexto urbano, estas categorias incluem: tipologias de bairros (central vs. periférico, valorizado vs. estigmatizado), categorias étnicas e raciais (que variam histórica e geograficamente), classificações sociais (classe trabalhadora, classe média, elite), entre outras (WACQUANT, 2023).

Crucialmente, estas categorias não são meramente cognitivas; possuem poder social real. Quando o Estado nomeia oficialmente um bairro como "zona de risco" ou uma população como "vulnerável", esta nomeação tem efeitos materiais, pois determina alocação de recursos públicos, influencia decisões de investimento privado, afeta autopercepção dos residentes e como são percebidos por terceiros (BOURDIEU, 1980).

Uma forma de desarticulação no espaço simbólico ocorre quando categorias de classificação se tornam cristalizadas apesar de mudanças nas realidades que pretendiam descrever. Isto reflete o que pode ser chamado de inércia simbólica (WACQUANT, 2023). Um caso típico de inércia simbólica na urbanização brasileira ocorre quando a classificação de certos bairros como "favelas" ou "periferias" permanece nas práticas discursivas e institucionais, mesmo após esses territórios passarem por melhorias urbanas e sociais. Mesmo com infraestrutura renovada e diversificação socioeconômica, continuam sendo representados

como espaços homogêneos e marginalizados, o que limita o reconhecimento das transformações ocorridas e perpetua obstáculos ao pleno acesso a serviços e oportunidades.

O espaço social: distribuição desigual de capitais

O espaço social designa a distribuição multidimensional de capitais entre agentes: econômico (dinheiro e propriedade), cultural (educação, conhecimento, habilidades), social (redes, conexões, pertencimento), simbólico (prestígio, reputação, honra) (BOURDIEU, 1979).

Uma forma de desarticulação no espaço social ocorre quando há incongruência entre volume e composição de capital. O caso de intelectual com alto capital cultural, mas baixo capital econômico exemplifica isto. Esta incongruência frequentemente produz o que Bourdieu (1974) chamou de *habitus clivé* (habitus cindido), ou seja, disposições contraditórias que não encontram condições de reprodução nos contextos da trajetória social.

O espaço físico: materialidade apropriada diferenciadamente

O espaço físico designa a extensão material tridimensional (a cidade, seus bairros, suas infraestruturas) dentro da qual agentes e instituições estão localizados. Este espaço é caracterizado por inércia material: é custoso transformá-lo (requer trabalho, capital, tempo), mas também é relativamente durável (uma vez construído, persiste) (BOURDIEU, 1993).

Uma forma de desarticulação no espaço físico ocorre quando há obsolescência da infraestrutura. Áreas que foram planejadas como residenciais de luxo podem ver-se progressivamente abandonadas quando novas áreas se tornam mais atrativas; simultaneamente, estas áreas deterioradas atraem populações pobres que se movem pelos territórios em busca de moradia viável à sua posição.

Percebe-se que analisar as trajetórias de mobilidade nos três espaços é fundamental. Quando agentes experimentam mobilidade geográfica (mudança de residência), social (ascensão ou queda de posição) ou simbólica (mudança de classificação), estas mobilidades frequentemente ocorrem de forma dessincronizada (REIS; VÉRAS, 2024). Uma pessoa pode experimentar ascensão econômica (espaço social) sem mudança geográfica correspondente (permanece em periferia), ou mudança de localização (espaço físico) sem ascensão social (muda para bairro aparentemente melhor, mas permanece em posição de classe popular). Essas dessincronizações produzem formas específicas de vulnerabilidade.

Em contraste com as dessincronizações acima, a gentrificação exemplifica processo em que os três espaços se reconfiguram sincronizadamente. Quando agentes com alto capital

cultural se movem para bairro periférico (mudança no espaço social), simultaneamente a classificação do bairro transforma-se de "perigoso/pobre" para "autêntico/cosmopolita" (mudança no espaço simbólico), e a infraestrutura é reabilitada (transformação do espaço físico) (WACQUANT, 2023).

4 IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS: PASSANDO DE MENSURAÇÕES PARA COMPREENSÃO PROCESSUAL

A diferença epistemológica entre conceitos de "vulnerabilidade como propriedade" (como propõem os índices) versus "articulações socioespaciais como processo relacional" (como propõe a perspectiva dialética) tem implicações profundas para como pesquisa é conduzida e como políticas podem ser desenhadas.

Quando vulnerabilidade é concebida como propriedade, a análise tende a focar em características de grupo ou área. A questão que orienta pesquisa torna-se: "Quais características distinguem grupos vulneráveis de não-vulneráveis?" (CABRAL; CÂNDIDO, 2019). Quando vulnerabilidade é concebida como processo relacional resultante de articulações socioespaciais, a análise foca em relações e mecanismos (ACSELRAD, 2015). A questão orientadora torna-se: "Como vulnerabilidades são socialmente produzidas através de operações nos três espaços?"

O processo de articulação socioespacial proposto por Wacquant (2023) oferece diversas instrumentalidades para análise empiricamente informada, incluindo o diagnóstico diferenciado, que permite questionar, diante de contextos de "alta vulnerabilidade", qual tipo de articulação socioespacial está operando; o mapeamento de mecanismos, no qual, após identificar o tipo de articulação, é possível investigar os mecanismos específicos que a produzem (ACSELRAD, 2015); e a análise de trajetórias, pois a matriz proposta fornece ferramentas metodológicas para o rastreamento de transformações ao longo do tempo.

Uma vantagem crucial da perspectiva de articulação socioespacial sobre índices quantitativos é que ela oferece espaço para reconhecer agência de populações vulnerabilizadas. Tendencialmente, índices produzem visão de populações como receptoras passivas de vulnerabilidades. Esta visão, embora bem-intencionada, frequentemente reproduz o que Wacquant (2008) chama de "vitimização moral": designação de grupos como vítimas que necessitam salvação por agentes externos. A perspectiva processual reconhece que mesmo em

condições de extrema vulnerabilidade, agentes continuamente agem. Comunidades em áreas estigmatizadas desenvolvem formas de organização, redes de solidariedade, estratégias criativas de sobrevivência (GARBIN; MILLINGTON, 2012).

Em outra dimensão analítica, Acselrad (2015) observa que muitas políticas urbanas contemporâneas operam através do que chama de "regulação urbana", ou seja, mecanismos institucionais que administram vulnerabilidades sem eliminar suas causas estruturais. Políticas de habitação social que fornecem moradia adequada em localização periférica exemplificam isto: melhoram uma dimensão de vulnerabilidade (acesso a habitação) enquanto potencialmente perpetuam outras (acesso a trabalho, mobilidade urbana, capital social). A perspectiva das articulações socioespaciais oferece ferramentas para questionar essas políticas de forma processual. A pergunta não é simplesmente "a política reduz vulnerabilidade?", mas "como a política reconfigura os três espaços?".

Considerando, portanto, que os espaços simbólico, social e físico projetam-se reciprocamente, ora convergindo, ora divergindo, entende-se que a análise urbana requer sempre indagação sobre como, para quem e com que efeitos essa correspondência se faz (WACQUANT, 2023). O conceito de articulação socioespacial refere-se, portanto, à intensidade e à natureza das correspondências entre as três dimensões espaciais. Desse ponto de partida derivam três tipos analíticos.

Articulação socioespacial positiva

Há articulação socioespacial positiva quando correspondências espaciais reforçam posições de privilégio e valorização, ou seja, quando os três espaços se reforçam mutuamente para beneficiar certos grupos, tem-se zonas de privilégio: bairros nobres, condomínios de elite, centros históricos revitalizados (BOURDIEU, 1979; WACQUANT, 2023). Correspondências entre capital social elevado, valorização simbólica e dotação privilegiada de infraestrutura perpetuam exclusões através de mecanismos de fechamento espacial e simbólico.

Articulação socioespacial negativa

Há articulação socioespacial negativa quando correspondências espaciais reforçam vulnerabilidade e estigmatização. Nos casos em que a correspondência entre espaços reforça desvantagens e estigmas, há reprodução da vulnerabilidade: periferias sociais e urbanas, favelas, conjuntos habitacionais segregados (WACQUANT, 2008). O espaço físico degradado

é confirmado pelo estigma simbólico ("perigoso", "excluído") e pela concentração de agentes com baixo volume de capitais.

Essa forma de articulação tem como efeito o fenômeno da ancoragem socioespacial, definido como:

a experiência limitante de mobilidade socioespacial baseada na correlação entre a posição ocupada no espaço social e o lugar ocupado no espaço físico. Em um nível estrutural, este fenômeno está associado à distribuição de agentes e capitais no espaço social reificado e ao controle sobre os lugares urbanos. Já subjetivamente, liga-se à formação de categorias de percepção e apreciação socioespaciais, como 'pontos de vista', habitus. Acontece que cada lugar tem características limitantes próprias e, portanto, cabe verificar cada caso empiricamente. (KULAITIS, 2023, p. 3).

É importante destacar, ainda, que o estigma se converte em capital simbólico negativo "uma vez que ele se infiltra profundamente na mente de um público amplo. Essa é a assimetria fundamental da estigmatização: é realmente fácil de 'manchar' (uma pessoa, grupo ou lugar) e difícil de 'purificar'" (WACQUANT, 2023, p. 13). Para análise de articulação socioespacial negativa, a relação entre raça e território é fundamental. A raça pode ser entendida como capital simbólico negativo segundo Wacquant (2023) porque ela funciona como um marcador social que desvaloriza indivíduos ou grupos na luta por reconhecimento e recursos simbólicos na sociedade. Wacquant enfatiza também o entrelaçamento entre território e raça nas cidades contemporâneas: o local de residência, muitas vezes, funciona como extensão do capital simbólico negativo atrelado à raça, de modo que o endereço passa a atuar quase como "marca de raça", provocando discriminação institucional, exclusão de serviços e acesso limitado a empregos e bens públicos.

Desarticulação socioespacial

Há desarticulação socioespacial quando há desacoplamentos, dessincronizações ou rupturas entre espaços, que podem denunciar crise, oferecer potencial para contestação ou permitir estratégias de mobilidade (REIS; VÉRAS, 2024; WACQUANT, 2008). É o caso de bairros em transição/renovação, áreas alvo de políticas habitacionais, zonas de mobilidade populacional ou disputa simbólica. Desarticulação pode ser sintoma de crise (histeresia), mas também janela para mudanças, resistências e agência coletiva (STRAND; LIZARDO, 2017).

5 LIMITES E POTENCIALIDADES DO MODELO: EVITANDO NOVOS BINARISMOS E ANALISANDO ESPAÇOS ARTICULADOS

O modelo de articulações socioespaciais foi proposto justamente para superar o binarismo presente na clássica categorização "vulnerável/não vulnerável", característica dos índices quantitativos, mas é fundamental ter atenção para não o reconduzir, inadvertidamente, à mesma lógica dualista ao aplicá-lo em análises empíricas ou formulações políticas.

Embora a intencionalidade conceitual seja oferecer uma abordagem gradativa, relacional e qualitativa, existe risco de reintroduzir o binarismo se a análise se limitar a marcar apenas onde "há" ou "não há" certa forma de articulação, em vez de explorar os diferentes graus, tipos e formas de articulação possíveis. Este risco não é meramente teórico. A história da sociologia urbana está repleta de conceitos críticos que, ao serem operacionalizados para fins de políticas públicas ou pesquisa quantitativa, perderam sua nuance original e tornaram-se novas categorias binárias. O conceito de "exclusão social", por exemplo, emergiu como crítica à noção estática de "pobreza", mas frequentemente acabou reproduzindo lógica similar ao criar dicotomia entre "incluídos" e "excluídos" (WACQUANT, 2008).

Para evitar que o modelo teórico das articulações socioespaciais sofra destino similar, é fundamental adotar quatro precauções metodológicas e epistemológicas. A primeira é o estabelecimento de uma análise em escala gradativa: em vez de classificar territórios ou populações como "desarticulados" ou "articulados", a análise deve identificar gradações, trajetórias e formas intermediárias. A segunda envolve a criação de tipologias multidimensionais: análises empíricas devem produzir mapas e tipologias que reconheçam múltiplos modos de articulação e desarticulação, inclusive coexistências dinâmicas em um mesmo território ou trajetória social. A terceira leva ao reconhecimento da dimensão temporal e processual: articulação e desarticulação não são estados fixos, mas processos dinâmicos. A quarta é a contextualização relacional: o que constitui "articulação" ou "desarticulação" varia conforme o contexto comparativo; a análise deve sempre especificar o marco comparativo e reconhecer a relatividade posicional das classificações.

Uma questão crucial frequentemente negligenciada em análises de vulnerabilidade urbana é que a perspectiva das articulações socioespaciais não serve apenas para identificar e analisar rupturas, defasagens e lacunas entre os espaços simbólico, social e físico. Serve

igualmente para analisar situações de articulação convergente ou de relativa homologia entre esses espaços.

Quando os três espaços se encontram fortemente articulados em favor de determinados grupos sociais, esta sincronização produz e reproduz posições de privilégio que frequentemente permanecem invisibilizadas em análises focadas exclusivamente em vulnerabilidade (WACQUANT, 2023; BOURDIEU, 1979). Bairros historicamente valorizados em centros urbanos exemplificam isso: a distribuição dos capitais sociais coincide com valorização simbólica e com dotação privilegiada de infraestrutura material no espaço físico. Esta tripla articulação não é acidental; resulta de processos históricos através dos quais elites urbanas conseguiram sincronizar os três espaços em seu favor.

A análise da gentrificação por meio da dialética revela como a sincronização dos três espaços, que poderia, em tese, "reduzir vulnerabilidade" no sentido de melhorar condições materiais, frequentemente produz novas vulnerabilidades para populações anteriores. Residentes de baixa renda que permaneciam no bairro apesar de precariedades encontram-se repentinamente deslocados quando valor de terra aumenta, aluguel torna-se inacessível, proprietários vendem a especuladores (WACQUANT, 2023). Isto revela limitação crucial de abordagens que tratam vulnerabilidade como propriedade de territórios: a melhoria das condições territoriais (articulação positiva dos três espaços) não necessariamente beneficia as populações vulnerabilizadas que lá residiam.

Em síntese, a utilidade teórico-empírica das articulações socioespaciais reside precisamente em sua capacidade de identificar e qualificar processos, não de classificar territórios como "bons" ou "ruins", "articulados" ou "desarticulados" de forma absoluta (WACQUANT, 2023). O modelo estimula o olhar dinâmico para os mecanismos e trajetórias de articulação/desarticulação, servindo tanto para problematizar desigualdades e vulnerabilidades quanto para analisar situações de coesão, privilégio e reprodução de vantagens sociais. Adicionalmente, ao revelar que articulações socioespaciais são fenômenos relacionais, que privilégio e vulnerabilidade são co-constituídos através de operações nos três espaços, essa perspectiva oferece fundamento para políticas urbanas que reconheçam que reduzir vulnerabilidade requer não apenas "assistir" populações vulnerabilizadas, mas transformar os mecanismos estruturais através dos quais articulações privilegiadas e vulnerabilizadoras são

simultaneamente produzidas e reproduzidas nas cidades capitalistas contemporâneas (ACSELRAD, 2015; WACQUANT, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUMO A UMA CIÊNCIA SOCIAL URBANA ORIENTADA PARA PROCESSO

Os índices quantitativos de vulnerabilidade urbana, por mais sofisticados que sejam em seus procedimentos técnicos, enfrentam limitações epistemológicas fundamentais quando confrontados com questões teóricas sobre a natureza processual da vulnerabilidade. Eles oferecem "fotografias" estáticas que frequentemente reificam categorias sociais, homogeneizam causas distintas, invisibilizam formas extremas de vulnerabilização e naturalizam desigualdades como propriedades inerentes de territórios ou populações. Esta compreensão não invalida a utilidade procedimental dos índices, mas marca sua inadequação conceitual para fins de compreensão sociologicamente informada.

A perspectiva das articulações socioespaciais, fundamentada na dialética de Bourdieu/Wacquant, oferece alternativa epistemológica radicalmente distinta. Em lugar de mensurar vulnerabilidade, propõe analisar como vulnerabilidades (e privilégios) são socialmente produzidas através de correspondências entre espaços simbólico, social e físico. Esta perspectiva é fundamentalmente processual: vulnerabilidade é compreendida não como estado que um grupo ou território possui, mas como resultado de relações historicamente situadas que continuamente expõem determinadas populações a riscos enquanto as priva de recursos para enfrentá-los.

Não se deve associar automaticamente "desarticulação" à vulnerabilidade e "articulação" ao privilégio. A relação entre articulação/desarticulação e processos de vulnerabilização/privilégio é contingente, dinâmica e depende das formas como os espaços simbólico, social e físico se projetam e se reforçam, ou mesmo se ajustam em contextos adversos. A desarticulação, por sua vez, pode ser tanto um sintoma de crise e vulnerabilidade quanto pode abrir brechas para contestação ou transição.

O importante é o diagnóstico dinâmico e relacional. O modelo teórico de articulações socioespaciais não expressa valor positivo ou negativo em si. Ele indica apenas o grau e a natureza da correspondência entre os três espaços. A análise deve sempre investigar qual o

conteúdo dessa articulação ou desarticulação: está reproduzindo, aprofundando ou contestando desigualdades e estigmas? Está promovendo novas estratégias de agência coletiva, deslocamento de capitais, reversão simbólica? Assim, a análise relacional deve sempre se perguntar: a quem interessa, quem beneficia, quem é prejudicado e que alternativas emergem do modo como os espaços se articulam (ou se desarticulam) em cada contexto urbano? (WACQUANT, 2023; ACSELRAD, 2015).

Concluindo, o modelo de articulações socioespaciais oferece fundamento teórico-metodológico robusto para sociologia urbana que deseje ir além da mensuração de vulnerabilidades para compreender seus processos de produção. Isto requer pesquisa etnográfica de longa duração, análise de trajetórias temporais, mapeamento de mecanismos institucionais e estruturais, e atenção permanente à agência de populações vulnerabilizadas. Embora metodologicamente mais exigente que aplicação de índices quantitativos, esta perspectiva oferece conhecimento sociologicamente mais adequado para fundamentar políticas urbanas transformadoras que simultaneamente reduzam vulnerabilidades e contestem os privilégios que, através dos mesmos mecanismos, são continuamente reproduzidos nas cidades capitalistas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Territorio y distribución de los "males públicos"**: el debate sobre la justicia ambiental. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- BOURDIEU, P. **Reproduction in Education, Society and Culture**. London: SAGE, 1974.
- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. (Dir.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- CABRAL, H. S.; CÂNDIDO, G. A. Índices de sustentabilidade municipal: uma análise comparativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 45-62, 2019.
- COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O.; HAGUENAUER, P. **Índice de Vulnerabilidade Social**: análise dos resultados. Brasília: IPEA, 2018.

FREITAS, C. M.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, C. A. B. (org.). **Vulnerabilidade urbana e riscos: uma perspectiva ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

GARCÍA-ARAQUE, L. Vulnerabilidad urbana desapercibida e incertidumbre de las medidas. **Ciudades**, Valladolid, v. 23, n. 4, p. 221-246, 2020.

GARBIN, D.; MILLINGTON, G. Territorial stigmatization and the politics of resistance in a poor neighbourhood: A London case study. **Urban Studies**, London, v. 49, n. 9, p. 1915-1931, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

KULAITIS, F. Bourdieu in the City - Challenging Urban Theory, de Loïc Wacquant. **Mediações — Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 28, n. 3, p. 1-5, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n3e48411. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/48411>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional: indicadores de implementação municipal. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 39-60, 2016.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Journal of Latin American Geography**, Austin, v. 5, n. 2, p. 104-129, 2006.

REIS, M. J.; VÉRAS, M. P. Desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade na Região Metropolitana de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 249-271, 2024.

SILVA, M. N.; PANTA, M. (org.). **Território e segregação urbana: o "lugar" da população negra na cidade**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SOUSA, M. C.; TOLEDO, P. M. Índices de vulnerabilidade em áreas de regularização fundiária: estudo de caso em assentamentos precários. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 22, p. 1-22, 2019.

SPERA, A. L.; KULAITIS, F. Processo de enobrecimento urbano e a dialética espacial bourdieusiana. **Sociologias Plurais**, v. 10, p. 452-466, 2024.

SPERA, A. L. **O processo de requalificação urbana e a dialética espacial bourdieusiana: o caso da "Nova Prochet" em Londrina (PR)**. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

STRAND, D.; LIZARDO, O. Hysteresis and the "Field Effects" Concept. **Sociological Forum**, New York, v. 32, n. S1, p. 1171-1193, 2017.

VÁZQUEZ BRAGE, M. E. Clasificación estadística y naturalización de categorías sociales: una crítica desde la sociología bourdieusiana. **Crítica e Investigación**, Buenos Aires, v. 12, n. 1, p. 87-105, 2024.

WACQUANT, L. Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Amsterdam, v. 98, n. 2, p. 183-193, 2007.

WACQUANT, L. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. Cambridge: Polity Press, 2008.

WACQUANT, L. **Bourdieu in the City: *Challenging Urban Theory***. Cambridge: Polity Press, 2023.